

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categories fundamentais da psicologia

 **Atena**
Editora
Ano 2021

2

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categorias fundamentais da psicologia

 **Atena**
Editora
Ano 2021

2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755 Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-242-2

<https://doi.org/10.22533/at.ed.422213006>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Consciência e Atividade: Categorias Fundamentais da Psicologia*, reúne em seu segundo volume, dezessete artigos que abordam diversas temáticas no que diz respeito às questões fundamentais da Psicologia na contemporaneidade.

Elencam como categorias fundamentais do pensamento Psicológico, os conceitos de Consciência e Atividade Humana quer seja através de seus comportamentos observáveis, quer seja pela atividade cognitiva.

Fundada nas bases do pensamento cartesiano e pelo empirismo a Psicologia continua ainda hoje com grande ascensão no que diz respeito aos atos humanos.

Pesquisas notórias nos diversos avatares da psicoterapia, na avaliação neuropsicológica, nos estudos das relações interpessoais na sociedade como um todo são reunidas aqui para fazer avançar ainda mais o campo psicológico.

Desejo uma excelente leitura dos artigos que se seguem.


Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O “NOVO NORMAL” E A NATURALIZAÇÃO DA MISTANÁSIA

Eduardo Henrique Nascimento Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130061>

CAPÍTULO 2..... 12

QUARENTENA, SAÚDE MENTAL E A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS: UM ENSAIO DE DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ALTERAÇÕES COMPORTAMENTAIS EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19

Matheus Cabanha Paniago Almada

Anderson Fernandes da Silva

Cesar Augusto Marton

Romano Deluque Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130062>

CAPÍTULO 3..... 26

O LÚDICO NO ESTEREÓTIPO DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA


Dayse Afonso de Lima do Carmo

Diego Ramon Paes Moraes

Miliane Jennefer Damasceno Dias

Ana Beatriz Celso Barata Sampaio

Ana Carolina Araújo de Almeida Lins


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130063>

CAPÍTULO 4..... 36

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE E APRENDIZAGEM

Luciene Acordi de Menezes Nascimento

Andreia Nakamura Bondezan

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130064>


CAPÍTULO 5..... 48

SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Juniane Oliveira Dantas Macedo

Liliana Louísa de Carvalho Soares

Maria Andréia da Nóbrega Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130065>

CAPÍTULO 6..... 58

QUANDO O INESPERADO ACONTECE: AS REPERCUSSÕES DO DIAGNÓSTICO DE DIABETES *MELLITUS* E A PERSPECTIVA DE SOFRIMENTO PSÍQUICO

Roselí Mai

Silvia Cristina Segatti Colombo

Elisiane Bisognin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130066>

CAPÍTULO 7..... 72

DESAFIOS DO AUTISMO NA FASE ADULTA

Maria Eduarda da Silva Simões Caprara

Luana de Souza Rodrigues

Fernanda da Silva Pita

Elaine Cristina da Fonseca Costa Pettengill

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130067>

CAPÍTULO 8..... 77

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE EYE TRACKING E AUTISMO: UMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO PRECOCE

Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Daniele Fernandes Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130068>

CAPÍTULO 9..... 89

NECESIDAD DEL PROGRAMA PSICOEDUCATIVO “PROTEC” PARA LA ATENCIÓN A LOS JÓVENES CON TRAUMATISMOS CRANEOENCEFÁLICOS (TCE), INGRESADOS EN EL HOSPITAL GENERAL DE HUAMBO, ANGOLA

António Mendes Sambalundo

Luis Felipe Herrera Jiménez

Ricardo Filipe Julião

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4222130069>

CAPÍTULO 10..... 102

VIOLÊNCIA NA GESTAÇÃO E DEPRESSÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Deise Naji Gomes Kristochik

Edna Bittencourt

Emmanuèle de Oliveira Fraga

Erisfânia Sarima Alves

Gisele Niesing


Liliane Cristina Marconato

Lucas Filadelfo Meyer

Maria Emília Ribeiro dos Santos

Clarice Wichinescki Zotti

Amanda Kulik


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300610>

CAPÍTULO 11..... 116

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO FORMA DE MANIPULAÇÃO DOS CORPOS

FEMININOS


Ariene de Sousa de Almeida
Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300611>

CAPÍTULO 12..... 125

CASO CLÍNICO DE PACIENTE COM QUADRO DE DEPRESSÃO PROFUNDA: SURTO PSICÓTICO E TENTATIVA DE AUTOEXTERMÍNIO


Anna Caroliny Carvalho
Danielly Santos Paula
Emanuelle Junia Faria
Fernanda Cordeiro da Neiva
Janaina Aparecida Alvarenga
Karina Aparecida Silva Duarte
Karina Rufino Fernandes
Karolanda Menezes Vieira
Liliane Martins de Araújo
Maicon Rodrigues Leal
Maria Camila Alves Rodrigues
Fabiana Figueiredo Beserra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300612>

CAPÍTULO 13..... 140

IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO PREVENTIVO


Stéfani Machado Romero
Sílvia Cristina de Vargas
Andrine Gogia Simões Melo
Larissa Portella Franck
Marina Medeiros de Melo Lemos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300613>

CAPÍTULO 14..... 145

RODA DE CONVERSA SOBRE SUICÍDIO: CONCEPÇÕES, FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO

Naildes Araújo Pereira
Tayná Freitas Maia
Rainna Fontes Gonçalves Costa
Soraya Dantas Santiago dos Anjos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300614>

CAPÍTULO 15..... 156

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS Y EL CUADRO CLÍNICO: PRINCIPALES AFECTACIONES NEUROLÓGICAS Y NEUROPSICOLÓGICAS DE JÓVENES CON TCE INGRESADOS EN HOSPITAL GENERAL DE HUAMBO, ANGOLA

António Mendes Sambalundo
Luis Felipe Herrera Jiménez

Ricardo Filipe Julião

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300615>

CAPÍTULO 16..... 163

**A PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Mary Lúcia Sargi do Nascimento

Zaira de Andrade Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300616>

CAPÍTULO 17..... 174

**PREJUÍZOS AO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DO BEBÊ QUANDO A MÃE
APRESENTA DEPRESSÃO PÓS PARTO**

Carmen Inês Santos de Souza

Marilene Albuquerque Lara Franco

Elaine Cristina Pettengill

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.42221300617>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 186

ÍNDICE REMISSIVO..... 187

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO FORMA DE MANIPULAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 03/03/2021

Ariene de Sousa de Almeida

Graduanda do 9º semestre do curso de Direito pela faculdade Ideal/FACI, Diretora de Comunicação da Clínica de Direitos Humanos da FACI Ananindeua
<http://lattes.cnpq.br/9746148258949141>

Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará
Professora da Faculdade FACI Belém
<http://lattes.cnpq.br/5446022928713407>

RESUMO: Desde o início da humanidade se ouve falar em violência, o primeiro homicídio relatado em um dos livros mais antigos, a bíblia, foi entre Caim e Abel, dois irmãos. No decorrer do tempo, essas violências assumiram múltiplas formas, tornando-se assim um fenômeno difuso, presente em todas as sociedades. Historicamente as mulheres têm sido alvo das mais diversas formas de violência, além de terem sido sistematicamente consideradas inferiores aos homens. O presente estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, tem como objetivo, discutir uma modalidade específica de violência contra a mulher, qual seja, a violência obstétrica. Dessa forma, buscou-se discutir como a violência a qual a mulher é submetida no momento do

parto, represente uma manipulação violenta do seu corpo, além de comprometer a sua autonomia da vontade, especialmente porque é um momento que ela se encontra em estado de vulnerabilidade. Essa forma de violência tem suas raízes em uma cultura patriarcal, na qual o corpo da mulher é constantemente controlado por homens, especialmente em razão do saber médico. Assim, as mulheres buscam desconstruir o olhar machista sobre si e destacar os seus direitos duramente adquiridos.

PALAVRAS-CHAVE: Parto Humanizado. Violência Obstétrica. Autonomia da vontade.

OBSTETRIC VIOLENCE AS A WAY TO MANIPULATE FEMALE BODIES

ABSTRACT: Since the beginning of humanity, violence has been heard, the first homicide reported in one of the oldest books, the bible, was between Cain and Abel, two brothers. Over time, these violence took on multiple forms, thus becoming a diffuse phenomenon, present in all societies. Historically, women have been the target of the most diverse forms of violence, in addition to being systematically inferior to men. The present study, through a bibliographic search, aims to discuss a specific modality of violence against women, namely, obstetric violence. Thus, we sought to discuss how the violence to which the woman is subjected at the time of childbirth, represents a violent manipulation of her body, in addition to compromising her autonomy of the will, especially because it is a moment that she is in a state of vulnerability. This form of violence has its roots in a patriarchal culture, in which the woman's body is constantly controlled by men,

especially because of the medical saber. Thus, women seek to deconstruct the macho view of themselves and highlight their hard-won rights.

KEYWORDS: Humanized Childbirth. Obstetric Violence.

1 | INTRODUÇÃO

A violência caracteriza-se como um grave fenômeno social cuja manifestação empírica tem sido mais visibilizada, de modo a se tornar objeto de investigação acadêmica, como é o caso da violência obstétrica. Ao longo da história e nos dias atuais, a violência contra a mulher, nas suas mais variadas formas, ganhou caráter endêmico, fazendo-se cotidianamente presente em comunidades e países de todo o mundo, sem discriminação social, racial, etária ou religiosa, embora algumas formas incidam mais em mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social, psicológica, dentre outras.

Por muito tempo as mulheres vivenciaram completamente subjugadas ao machismo da sociedade, até obter por meio de lutas das mulheres direitos de fala, voto e assim paulatinamente têm conquistado a autonomia da vontade. Todavia, malgrado algumas conquistas, não há que concluir que se tenha alcançado a condição desejável. Isto porque continua imperando na sociedade em que vivemos nos dias atuais, novas formas de violência, ou pelo menos sua visibilidade, como ocorre na hora do parto. Neste momento, é comum que a mulher seja inferiorizada, posto que sequer é ouvida sobre os procedimentos, que tenha seus direitos violados e seu corpo objetificado, o que configura a denominada violência obstétrica, de modo que a autonomia da mulher no momento do parto é completamente negada.

Algumas situações onde ainda podemos destacar o machismo diz respeito ao corpo da mulher, os “padrões” que devem seguir, as importunações sofridas em ambientes públicos, como se fossem troféus onde requerem a “admiração” de outras pessoas. Ser mulher na sociedade brasileira chega a ser um risco, risco de sofrer violências, seja em um ambiente profissional, familiar ou qualquer outro lugar onde está esteja, tanto que faz-se necessário leis que assegurem as mulheres em diversos aspectos, como a Lei Maria da Penha, que visa assegurar a mulher no âmbito familiar, e na própria política, onde há lei destinada a influenciar mulheres a serem candidatas (Art. 93-A, lei 9.504/97), ainda assim, as mulheres ocupam menor espaço na política, talvez pela ficção de que tal cargo seja melhor desempenhado por homens. A violência durante o parto ocorre em diversas formas de manifestações, configurando a violência obstétrica, lugar onde a mulher encontra-se vulnerável dado a situação em que se encontra. São diversos atos praticados no momento do parto, que configuram a violência obstétrica. Trata-se de uma modalidade ainda pouco discutida e, não muito conhecida por grande parte das mulheres e seus familiares. Nesse sentido o presente estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, objetiva discutir como a manipulação dos corpos femininos na sociedade, inclusive no momento do parto, onde

configura uma forma específica de violência. Dada a enorme incidência dessa forma de violência, é imperioso o debate tanto acadêmico, quanto na sociedade em busca do parto humanitário, para que o parto traduza em momento de felicidade e não de martírio, que deixa marcas indeléveis no corpo e na subjetividade da mulher. É preciso que fique bastante claro, os limites entre o exercício da sua profissão do médico e a autonomia da mulher e não manipulação naturalizada do seu corpo.

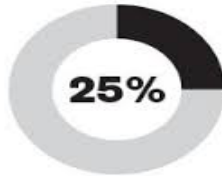
2 | SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Até o final do século XVIII, o parto era uma espécie de ritual que envolvia unicamente mulheres, portanto uma relação simétrica de poder, entre a parturiente e a parteira, realizado no ambiente doméstico. Todavia com o advento do saber-poder médico, o parto que fora um evento natural, fisiológico, e feminino passa a ser um acontecimento médico, artificial, e masculino. No momento do parto, são realizadas várias intervenções sobre o corpo feminino, dentre as quais destaca-se a episiotomia, certamente uma forma de manifestação do biopoder sob a forma de controle sobre o corpo e a vida da mulher e que é realizada sem qualquer consentimento por parte da parturiente. Assim, por meio das técnicas disciplinares do biopoder, como poder que gere a vida como forma de “fazer viver” e “deixar morrer”, as intervenções que ocorrem no momento do parto acarretam a violência obstétrica

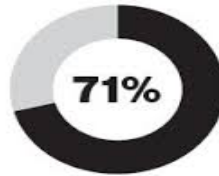
A violência obstétrica é um fenômeno que já ocorre há algumas décadas na América Latina, podendo ocorrer contra a mulher grávida, bem como aos seus familiares em instituições de saúde, em qualquer momento da gravidez, desde as primeiras consultas ao parto ou aborto, incluindo a falta ou a introdução de medicamentos sem o consentimento da gestante. Países como Argentina e Venezuela, avançaram no que diz respeito à matéria, criando leis que definem com clareza o que é a violência obstétrica. No Brasil, somente em 2014 foi proposto um projeto de lei (Lei 7.633/2014) que tratasse sobre a violência, no entanto, até os dias atuais, não há aprovação de tal projeto. O Estado do Tocantins, na falta de lei geral, buscou regulamentar o que seria a violência obstétrica na lei nº 3.385 de 2018, “Art. 2º Considera-se violência obstétrica todo ato praticado pela equipe multiprofissional do hospital, da maternidade e da unidade de saúde ou por um familiar ou acompanhante que ofenda de forma verbal ou física as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período de estado puerperal”.

O ALCANCE DA VIOLÊNCIA

Vários dos problemas no Brasil ocorrem por tradição. Muitos hospitais persistem em práticas antiquadas



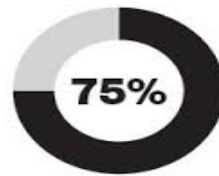
das brasileiras que deram à luz afirmam ter sido desrespeitadas na gestação ou no parto



não tiveram direito a acompanhante. O acompanhamento é previsto em lei desde 2005



não tiveram acesso a procedimentos não medicamentosos para alívio da dor, como banho quente



não receberam alimentação durante o trabalho de parto. A alimentação é aconselhada pela OMS

Fonte: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/vitimas-da-violencia-obstetrica-o-lado-invisivel-do-parto.html>.

No Brasil, uma a cada 4 (quatro) mulheres já sofreram algum tipo de violência obstétrica, o termo utilizado não agrada alguns profissionais da saúde, que preferem descrever como “imperícia” ou “negligência”, mas não pode afirmar que a descrição é correta quando analisados casos de violência nesse ambiente, apesar de que pode-se destacar a negligência por parte desses profissionais em não oferecer o devido atendimento a paciente e devido aos danos que está podendo sofrer sob responsabilidade do profissional.

A violência contra a mulher é definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, causando morte, dano ou sofrimento de ordem física, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, 1996, p. 6) e a obstetria como “apropriação dos corpos e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde, e se

expressa em trato desumanizador, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais” (Dossiê da Violência Obstétrica: Parirás com dor, 2008) podem se dar por abusos verbais e físicos, submetendo as mulheres a métodos que poderão lhe causar dores ou que vão contra sua vontade, como a insistência em um parto normal quando não é possível e a manobra de kristeller, (força “extra” no abdômen para que o parto tenha uma duração mais curta), além da Episiotomia, incisão realizada na vulva, sem o consentimento da paciente, “Quando eu ouvi ele pedindo o bisturi, meu Deus, quase morri! Eu pedi para que não fizesse a episio, mas ele me respondeu: ‘O seguro morreu de velho. Quem manda aqui sou eu.’” (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012, p. 83).

Alguns estudos revelam que a episiotomia tem efeito de provocar ou agravar incontinência urinária, fecal e de flatos. Há ainda a realização do “ponto do marido”, para deixar a vagina mais apertada, fazendo uma costura além do corte realizado, preservando o prazer masculino, podendo acarretar mais dor durante a relação sexual (para a mulher) e infecção. Outros estudos ainda mostram que mulheres que não sofreram episiotomia tiveram menos trauma no períneo, precisaram levar menos pontos, com uma melhora mais rápida do tecido. Os fatos citados acima chegam a ser irônico tendovista que o parto natural(normal) é o mais indicado, visando, inclusive, a melhor recuperação da mãe, além do que, no parto natural, a mãe busca seguir a vontade do nascituro, buscando um parto mais confortável a ela e ao filho.

Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar revelam que os planos de saúde, no Brasil, fazem três vezes mais cesarianas do que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), superando índices do Chile, México e Turquia. O relatório aponta que entre os anos de 2014 e 2015, 85,1% dos 1,1 milhão de partos realizados por planos de saúde foram cirúrgicos. Em boa medida, essa tendência revela uma preocupação não com a figura da mulher, mas sim com a ansiedade dos profissionais de saúde em reduzir o tempo do parto a todo custo, bem como à interpretação errônea de dados de monitoração fetal contínua. De acordo com Knobel e Buchele, o aumento considerável do número de cesarianas nos últimos anos leva a crer que o procedimento passou a ser rotineiro e realizado sem indicação médica séria e precisa.” (Wermuth, Gomes e Nielsson. Pag. 89, 2016). No entanto, em alguns momentos, como pela situação em que o nascituro se encontra ou quando a vida da mãe corre risco, o mais indicado é a realização de uma cesariana, mas apesar disso, os profissionais insistem no parto natural (ou normal), fato que ocorreu na Santa Casa de Misericórdia do Pará, em Belém, onde a família da grávida, que residia no interior do Estado, informou que a criança deveria nascer por meio de cesariana devido a problema que a mesma teria, segundo os jornais de grande circulação do Estado, os profissionais forçaram a mãe a fazer força para que o parto fosse normal, o que acabou acarretando o óbito da criança, após está ter sua cabeça supostamente arrancada, que, segundo laudo do IML (Instituto Médico Legal), o óbito decorreu de asfixia, após o fato, os profissionais precisaram fazer uma cesariana para

retirar a criança, já em óbito, de dentro da mãe, dando a esta, além da cicatriz sentimental, a física, quando ambas poderiam ser evitadas se os profissionais oferecessem mais atenção aos seus pacientes.

As violências tem mais frequentes quando a mãe é menor de idade, pobre e preta, pode-se ainda indagar o fato do uso do Sistema Único de Saúde e pelo esgotamento desse sistema público, no entanto, a Portaria 1.820/09 do Ministério da Saúde assegura à todos, “na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor...”, ressalta-se, ainda, que um tratamento diferenciado e com violência fere, inclusive, o Código de Ética dos profissionais da Saúde, apesar disso, a responsabilidade do Governo não deve ser afastada, tendo em vista que a falta de mais profissionais da saúde para revezar nos plantões e a falta de recursos para que isso seja possível, é de inteira responsabilidade deste.



Fonte: http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2013/12/09/noticia_saudeplena,146713/autor-de-documentario-a-dor-alem-do-parto-afirma-que-violencia-obste.shtml.

A violência ainda se estende a falta de privacidade da paciente, bem como a negação de internações nas instituições de saúde, o que ocorreu em novembro de 2019 uma mulher deu a luz em uma calçada após não receber atendimento nos hospitais em Belém do Pará, segundo o jornal O Globo. Segundo os dados do Ministério da Saúde, cerca de 64,86% dos óbitos maternos em 2014 eram de mulheres pretas ou pardas, correspondente a 1.128 mulheres, o que nos leva a questionar se as violências sofridas por essas mulheres não fazem distinção a cor, na maioria das vezes e até classe social, expandindo o racismo ainda no ambiente onde o ser humano em geral deveria se sentir mais assegurado.

3 I AS RAÍZES DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Alguns autores retratam que a passagem bíblica de Gênesis 3, em seu versículo 16, afirma que o parto deve ser um momento de sofrimento para mulher devido ao pecado de Eva ao provar do fruto proibido, em razão disso as mulheres sofrem violência no parto, reforçando a ideia da sociedade machista, que busca cobrir as violências praticadas contra as mulheres na religião e costume. “...uma das obrigações das mulheres era redimir o erro cometido por Eva: devem sofrer com paciência as incomodidades da prenhez e as dores do parto como pena do pecado” (Pe. ARCENIAGA, séc. XVII, apud DEL PRIORI, 2014, p. 115).

A dor do parto pode ser comparada a vários ossos quebrados, o que possivelmente seria o castigo divino, não se tratando das violências praticadas contra as mulheres no momento do parto ou dando a alguém o direito de ferir sua integridade. Vale ainda ressaltar a diferença de mulheres que sofrem a violência obstétrica, o que pode ser desde logo percebido quando faz referência as mulheres pardas ou negras, que em sua grande maioria já sofreram esse tipo de violência, o que nas palavras de Mesquita e Mourão, pode ser definido como “fruto do racismo institucional que tem como resultado a negligência médica”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), recomenda que a taxa de cesárea varie entre 10% a 15% dos partos hospitalares. Contudo, na contramão dessa indicação da OMS, no Brasil, de acordo com o DATASUS, o percentual de cesárea é de 53,88%, chegando a 55% na população em geral. É preciso ressaltar que esse percentual varia entre os sistemas público e privado de saúde, de modo que apresentam uma ocorrência de aproximadamente 40% e 85% respectivamente. O percentual indicado pela OMS, não é aleatório, e está pautado em estudos que apontam que um nível de cesárea superior a 15% não representa redução da moralidade materna, assim como não resulta em melhores desfechos de saúde para mãe e criança.

Nesta perspectiva, nossa inquietação consistiu em questionar o que justifica que no Brasil, a prática da cesárea que encerra múltiplas formas de violência obstétrica, seja tão reiterada, ao ponto de atingir níveis tão elevados? Uma hipótese provável concerne ao fato do Brasil ser uma sociedade com suas raízes fincadas numa cultura patriarcalista na qual por muito tempo inexistiu a ideia de uma autonomia feminina. Demais disso, o discurso médico de um saber sobre o corpo decide, de forma unilateral, o que é mais adequado no momento do parto sem que haja qualquer participação do sujeito mais interessado, a parturiente

Por essa razão, é preciso considerar, a autonomia feminina, os direitos da mulher instituídos no Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, que destaca quais os tipos de violências as mulheres estão suscetíveis de sofrer, bem como analisar a falta de responsabilidade no âmbito jurídico dos profissionais da saúde e

do Estado.

4 | CONCLUSÃO

A dominação masculina sobre as mulheres se manifesta sob as mais diversas formas. Uma delas ocorre na manipulação dos seus corpos, como é o caso da violência obstétrica na qual, em regra, a autonomia da mulher é ignorada, sendo submetida aos procedimentos mais invasivos e violentos.

O parto é um momento único na vida de uma mulher, de modo que os profissionais deveriam trabalhar para torná-lo mais natural e humano possível. Assim, algumas vezes, apenas o acolhimento, a atenção, e o mais importante, a humanização pode facilitar o parto e a memória positiva desse momento à mãe. Todavia, grande parte das grávidas, na hora do parto, recebem um tratamento massificado, de modo que ela se sente só, desprotegida e expostas às mais diversas formas de violência. Que vão de ofensas verbais, analgesia, episiotomia dentre outras. Assim, pugna-se pela responsabilização dos profissionais causadores da violência obstétrica, assim como do Estado, garantindo a mulher o direito a justiça contra aqueles que violaram seu corpo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Marques de. Violência institucional em maternidade pública: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.apublica.org> Acesso em 13/07/2020

ANDRADE B P ;AGGIO CM. **Violência Obstétrica: a dor que cala**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas; 2014. Universidade Estadual de Londrina, 27-29 Maio 2014; Londrina, Paraná.

BRASIL. Ministério da Saúde. Óbitos Maternos. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS**, 2017. Disponível em: <http://datasus.gov.br>. Acesso em setembro de 2020

CAVALCANTE, Luciana, “Bebê cuja cabeça teria sido arrancada no parto morreu de asfixia, diz laudo.”– Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/bebe-que-teve-a-cabeca-arrancada-no-parto-morreu-por-asfixia-aponta-laudo.htm?cmpid=copiaiecola>. Acesso em 20/02/2021.

CONSELHO REGIONAL de MEDICINA do Pará investiga caso de mulher que deu à luz em calçada de Belém. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/11/17/crm-do-para-investiga-caso-de-mulher-que-deu-a-luz-em-calcada-de-belem.ghtml>>. Acesso em 02/07/2020.

FONEITE, J; FEO,A; MERLO, J.T. Grado de conocimiento de violencia obstétrica por el personal de salud. *Rev Obstet Ginecol Venez*. V.72,n.1, 2012.

GUTMAN, Laura. A maternidade e o encontro com a própria sombra. Trad. Luís Carlos C. Cabral. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015

KOCH, Camila de Oliveira; MACHADDO, Flávia Stringari. "Na hora de fazer não chorou": sobre violência obstétrica no Brasil. In GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda (Org.) Estudos feministas por um direito menos machista. V.2. Florianópolis: Empório do Direito, 2017

LUZ, Amanda; SILVA, Leilane; AOYAMA, Elisângela; LEMOS, Ludmila. **As diversas faces da violência obstétrica no âmbito hospitalar** - P 2 – 4. Disponível em <https://revista.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/222>. Acesso em 02/07/2020.

MESQUITA, Rebeca [1] MOURÃO, Rosália [2] - **Violência Obstétrica e a Diferença de Raças**. Disponível em <https://www.google.com/amp/s/ambitojuridico.com.br/cadernos/outros/violencia-obstetrica-e-a-diferenca-de-racas/amp/>>. Acesso em 02/07/2020.

TIBURI, Marcia. Branca de neve ou corpos, lar e campo de concentração: as mulheres e a questão da biopolítica In: TIBURI, Marcia ; VALE, Barbara (org) Mulheres, filosofia ou coisas do gênero. Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2008

WERMUTH, Miquel Angelo Dezordi; GOMES, Paulo Ricardo Favarin; NIELSSON, Joice Graciele, "Uma análise biopolítica do parto e da violência obstétrica no Brasil". DOI: 10.5102/unijus.v27i2.4273, Dezembro de 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311688327_Uma_analise_biopolitica_do_parto_e_da_violencia_obstetrica_no_Brasil. Acesso em 20/02/2021

VIOLÊNCIA Obstétrica "Parirás com dor", 2012. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%2520VCM%2520367.pdf&ved=2ahUKEwiFf-i0YjvAhVbD7kGHR92AYMQFjACegQIHxAC&usg=AOvVaw1TpH8rPyQ7_J6woSYReIHG. Acesso em 22/02/2021

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 40, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 76, 80, 142, 143, 185

Adulto 42, 72, 74, 75, 81, 96, 130, 141, 146, 161

Aprendizagem 29, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 177

Assassinato social 1, 2, 4

Atenção primária à saúde 145, 152

Atención 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 157, 159, 160, 161

Austeridade 1, 4, 6, 10

Autismo 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 181

Autonomia da vontade 116, 117

C

Compreensão 31, 43, 44, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 88, 127, 135, 166, 167, 168, 181, 185

Conscientização 2, 50, 76, 137, 140, 141, 144

Consequências 4, 12, 15, 17, 20, 50, 53, 103, 110, 111, 126, 137, 141, 174, 181, 183

Covid-19 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 25, 146, 148, 149

Craneoencefálicos 89, 90, 91, 92, 94, 98, 100, 101, 156, 161

D

Deficiente intelectual 48

Depressão 12, 15, 16, 17, 18, 20, 37, 40, 56, 67, 68, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 146, 151, 153, 174, 175, 176, 183, 184

Desigualdade social 1, 7, 10, 163, 175

Diabetes mellitus 58, 59, 66, 70, 71

Diagnóstico de enfermagem 126, 128

Diálogo 47, 128, 140, 141, 142, 143, 144, 152, 171

E

Educação continuada 145, 152

Enfermagem 70, 71, 88, 114, 115, 126, 127, 128, 129, 134, 136, 137, 138, 148

Escola 5, 26, 29, 34, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 54, 70, 71, 115, 133, 140, 142, 143, 144, 166

Exames 69, 126, 128

Exercícios físicos 12, 15, 16, 18, 19, 20, 69, 152

Eye tracking 77, 78, 80, 81, 84, 85, 86

F

Fase adulta 72, 74, 75

G

Gênero 18, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 52, 57, 111, 119, 123, 124, 133, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172

Gestação 14, 49, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 178

I

Inclusão 26, 28, 29, 32, 35, 51, 53, 55, 74, 76, 105, 128, 143, 163, 169

Intervenção precoce 77, 78, 82, 83, 84

Isolamento social 2, 12, 15, 16, 17, 18, 146

L

Lúdico 26, 28, 29, 32, 35

M

Maternagem 174, 175, 183

Mediação 36, 37, 41, 43, 45, 46, 149, 177

Mistanásia 1, 2, 3, 4, 6, 10

P

Parto humanizado 116

Programa 29, 76, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 128, 136, 142, 147, 148, 163, 172

Psicoeducación 89, 95

Psicologia 1, 29, 30, 34, 35, 46, 47, 56, 57, 70, 71, 87, 127, 138, 141, 153, 154, 155, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 184, 185, 186

Psicopatologias 174, 175, 180, 183

Q

Quarentena 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24

R

Repercussões psíquicas 58, 61, 66, 69

S

Saúde mental 12, 15, 16, 17, 18, 40, 75, 127, 137, 138, 145, 147, 149, 152, 154, 170, 183

Secuelas e neuropsicológicas 156

Sexualidade 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 167, 172

Sociodemográficas 146, 156, 158

Suicídio 56, 104, 125, 126, 127, 128, 133, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 168

Surto psicótico 125, 126, 127, 128, 129

T

TDAH 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47

TEA 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 84

Traumatismos 89, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 100, 101, 156, 157, 161

V

Vínculo 30, 174, 175, 179, 181, 182, 183, 184

Violência contra a mulher 111, 116, 117, 119, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171

Violência obstétrica 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 176

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categories fundamentais da psicologia


Ano 2021

2

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CONSCIÊNCIA e ATIVIDADE:

Categories fundamentais da psicologia

 **Atena**
Editora
Ano 2021

2